

**Working
Paper**

577

GEOECONOMIA - Nº 24
Working Paper Series
Junho de 2025



**SAO PAULO SCHOOL
OF ECONOMICS**

**GEOECONOMIA: CONCEITOS, INSTRUMENTOS E
ATORES NA NOVA ORDEM ECONÔMICA**

Catherine Rebouças Mota
Alexandre Ramos Coelho

As manifestações expressas por integrantes dos quadros da Fundação Getulio Vargas, nas quais constem a sua identificação como tais, em artigos e entrevistas publicados nos meios de comunicação em geral, representam exclusivamente as opiniões dos seus autores e não, necessariamente, a posição institucional da FGV. Portaria FGV Nº19

Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas FGV EESP

www.fgv.br/eesp

GEOECONOMIA: CONCEITOS, INSTRUMENTOS E ATORES DA NOVA ORDEM ECONÔMICA

Catherine Rebouças Mota¹
Alexandre Ramos Coelho²

Resumo: Este artigo examina a ascensão da geoeconomia como paradigma analítico central para a compreensão das transformações em curso na ordem econômica internacional. No contexto do declínio do modelo neoliberal, eventos como a guerra comercial entre Estados Unidos e China, a pandemia de COVID-19 e a crise energética global intensificaram a interconexão entre segurança nacional e política econômica. Com base em uma abordagem exploratória fundamentada em revisão de literatura, o estudo investiga os instrumentos geoeconômicos empregados por Estados e organizações internacionais e analisa como esses mecanismos são mobilizados de forma estratégica. O artigo também destaca os novos padrões de rivalidade tecnológica e comercial, especialmente entre China, Estados Unidos e União Europeia, bem como o papel de potências médias como Índia e Brasil. A análise evidencia como a interdependência econômica tem se tornado uma fonte de vulnerabilidade e um instrumento de disputa no cenário geopolítico. Por fim, a geoeconomia é apresentada tanto como um vetor de fragmentação global quanto como um possível enquadramento para a cooperação seletiva diante de desafios comuns, como a transição energética e a segurança alimentar.

Palavras-chave: Geoeconomia; Ordem Econômica Internacional; Sanções; Segurança Nacional; China; EUA; União Europeia; Investimentos; Cadeias de Suprimentos

Abstract: This article examines the rise of geoeconomics as a key analytical paradigm for understanding the ongoing transformations in the international economic order. Against the backdrop of the decline of the neoliberal model, events such as the U.S.–China trade war, the COVID-19 pandemic, and the global energy crisis have reinforced the growing entanglement between national security and economic policy. Based on an exploratory approach grounded in literature review, the study investigates the geoeconomic instruments employed by states and international organizations and analyzes how these instruments are strategically mobilized. The article also highlights emerging patterns of technological and trade rivalry, particularly among China, the United States, and the European Union, while also addressing the role of middle powers such as India and Brazil. The analysis reveals how economic interdependence has increasingly become a source of vulnerability and a means of leverage in geopolitical disputes. Ultimately, geoeconomics is portrayed both as a driver of global fragmentation and as a potential framework for selective cooperation in addressing shared challenges, such as the energy transition and food security.

Keywords: Geoeconomics; International Economic Order; Sanctions; National Security; China; USA; European Union; Investments; Supply Chains.

Código JEL F10; F59; K30

¹ Pesquisadora do Centro de Estudos de Geoeconomia. Pós doutora no Centro de Estudos de Comércio Global e Investimentos vinculado da EESP-FGV. Doutora em Direito pela Universidade Federal do Ceará.

² Doutor em Relações Internacionais pelo IRI-USP, com mestrado em Direito pela FGV-SP e Especialização em Política e Relações Internacionais pela FESP-SP com certificado em Geopolítica pelo Instituto de Geopolítica de Genebra. Foi Consultor Jurídico do Banco da China e da Bolsa de Valores de São Paulo (B3). Atualmente, é Professor de Relações Internacionais, Associate Fellow da Geoeconomics Society – Helsinki e Secretário do Comitê de Estudos Asiáticos da International Political Science Association – IPSA. Editor convidado da Macau Journal of Brazilian Studies e Coordenador do Núcleo de Análises Geopolíticas do *think tank* Observa China.

Introdução

A ordem econômica global está em plena transformação. Eventos como a crise financeira internacional de 2008, o BREXIT – saída do Reino Unido da União Europeia, a guerra comercial e tecnológica entre Estados Unidos e China, a pandemia de COVID-19 e a invasão da Ucrânia pela Rússia, além da guerra Israel contra Irã, desafiam as bases estabelecidas da governança global, demonstrando que o modelo baseado no neoliberalismo e nos mercados, que dominou a economia nas últimas décadas, está sendo questionado.

Diante desse cenário, a geoeconomia emerge como ferramenta essencial para os Estados alcançarem seus objetivos estratégicos³, que podem ser entendidos como metas de longo prazo para garantirem segurança nacional, influência regional e global, além de prosperidade econômica. Os objetivos estratégicos orientam as ações e políticas dos governos, que se utilizam tanto de ferramentas econômicas quanto políticas e militares, procurando moldar o equilíbrio de poder e garantir ganhos em situações de competição internacional.

Diferente das disputas geopolíticas tradicionais, por meios militares e diplomáticos, o cenário atual é moldado pela concorrência geoeconômica, onde o controle sobre cadeias de valor globais, tecnologia e infraestrutura crítica desempenham papel central. As interações econômicas entre Estados e corporações se tornaram, ao mesmo tempo, fonte de poder e vulnerabilidade⁴. Por isso, a interdependência econômica é explorada pelos Estados e está marcada por tensões e conflitos geoeconômicos crescentes, onde o uso de sanções, barreiras comerciais e restrições tecnológicas se torna campo de disputa tanto quanto a força militar tradicional.⁵

A perspectiva geoeconômica do poder tem implicações significativas no comércio e nos investimentos internacionais; e medidas de *statecraft* buscam moldar o comportamento de outros países sem recorrer à força militar. Nesse sentido, a geoeconomia também pode ser entendida como "guerra por outros meios", como proposto por Blackwill, onde instrumentos como sanções econômicas, elevação de tarifas, restrições de exportação e o controle de cadeias de suprimentos globais são usados para alcançar objetivos políticos e econômicos.

A crescente dependência de recursos estratégicos, como minerais críticos e tecnologias avançadas, torna essas disputas ainda mais intensas, uma vez que o controle sobre tais ativos permite que Estados exerçam influência desproporcional sobre adversários ou parceiros comerciais. A interdependência econômica global se transforma em uma característica que não conduz os Estados à cooperação, mas a um campo onde se

³ BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T., Geoeconomics in a Changing Global Order, *in*: BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T. (Orgs.), **The Political Economy of Geoeconomics: Europe in a Changing World**, Cham: Springer International Publishing, 2022, p. 1–27. Disponível em: <https://forskning.ruc.dk/en/publications/geoeconomics-in-a-changing-global-order>

⁴ BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T., Geoeconomics in a Changing Global Order, *in*: BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T. (Orgs.), **The Political Economy of Geoeconomics: Europe in a Changing World**, Cham: Springer International Publishing, 2022, p. 1–27. Disponível em: <https://forskning.ruc.dk/en/publications/geoeconomics-in-a-changing-global-order>

⁵ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**, 2016.

desenrolam disputas de poder que têm consequências profundas para a segurança nacional e a ordem mundial.⁶

Diante desse cenário, o conceito de "interdependência armada" – *Weaponized Interdependence* – como defendido por Blackwill, explica como a interdependência econômica pode ser usada como arma geopolítica. Exemplo está na atuação dos EUA ao restringir acesso da China a tecnologias críticas, e a China respondendo com esforços para reduzir sua dependência de insumos tecnológicos ocidentais. Na ordem geoeconômica, os países estão cada vez mais "armando sua interdependência" ao utilizarem redes globais de troca de informações e financeiras para obter vantagem estratégica.

A literatura teórica sobre a topografia de redes mostra como os modelos-padrão preveem que muitas redes crescem de maneira assimétrica, de modo que alguns "nós" são mais conectados que outros. Esse modelo descreve várias redes econômicas globais importantes, centradas nos Estados Unidos e em alguns outros países. Redes altamente assimétricas permitem que países com (i) jurisdição efetiva sobre os nós econômicos centrais e (ii) instituições e normas domésticas apropriadas utilizem essas vantagens estruturais para fins coercitivos.⁷

Em síntese, contata-se que a transição para um novo paradigma geoeconômico significa que o poder econômico e a segurança nacional estarão cada vez mais interligados. Diante deste cenário, explora-se, a seguir, a relevância atual da geoeconomia, suas principais características e como os Estados estão utilizando instrumentos econômicos para moldar a ordem global contemporânea.

3.1 Nova Ordem Econômica e de Segurança

As crises atuais são evidências de que o mundo passa por um período de transição para uma nova ordem econômica internacional impulsionada pela crescente interseção entre as esferas da economia e da segurança. A lógica neoliberal, centrada no conceito das forças de mercado, incentivando desregulamentação, privatização e redução do papel do Estado no mercado, e que dominou o período pós-Guerra Fria, tem estado sob crescente pressão desde a crise financeira de 2008, abrindo caminho para o surgimento de uma nova ordem, em que o controle econômico e a segurança nacional se sobrepõem.⁸

As diversas crises que marcaram o cenário atual obrigaram os países a expandirem o conceito de segurança nacional, ampliando o referencial de proteção e defesa do Estado contra ameaças externas e internas que possam comprometer sua soberania, integridade territorial, interesses nacionais e o bem-estar de sua população. Tradicionalmente, esse conceito se concentrava em ameaças militares, como ataques ou invasões de outros países. Sua expansão inclui uma gama mais ampla de dimensões, como segurança econômica, tecnológica, ambiental, alimentar e sanitária.

⁶ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**, 2016.

⁷ FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. *Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion*. **International Security Journal** – MIT Press Direct, 2019. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/44/1/42/12237/Weaponized-Interdependence-How-Global-Economic>

⁸ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. *Toward a Geoeconomic Order*, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

A ênfase em segurança nacional criou a tendência a “securitização” (*securitization*) da política econômica, significando que os Estados estão tratando questões econômicas sob a ótica da segurança nacional.⁹ Isso é evidente nas estratégias de triagem (*screening*) de investimentos estrangeiros, na restrição à exportação de tecnologias sensíveis de uso dual (uso simultâneo na produção de bens civis e militares) e na imposição de tarifas e sanções sob o pretexto de proteção da segurança nacional. Como exemplo, podem ser citados o Comitê de Investimentos Estrangeiros nos EUA (CFIUS) que tem ampliado significativamente suas investigações, refletindo a preocupação com a segurança dos investimentos estrangeiros em setores estratégicos nos EUA.

A securitização também pode ser identificada a partir do uso de sanções econômicas e de comércio como controles de exportação e importação, além e outras ferramentas econômicas para exercer pressão política sobre adversários e competidores. Essa abordagem tem sido fundamental na resposta dos EUA às políticas industriais da China, como o *Made in China 2025*, e no uso de sanções para conter a influência de países como o Irã, Rússia e Coreia do Norte.

Outro exemplo é o *CHIPS and Science Act* de 2022 que impõe controles rigorosos às exportações de tecnologias de semicondutores dos EUA para a China, visando bloquear o acesso a equipamentos e conhecimentos essenciais para a produção de chips avançados. Essa lei proíbe a exportação de equipamentos como máquinas de litografia, essenciais para chips de alta performance, limitando o desenvolvimento tecnológico chinês.¹⁰

Em resposta, a China adotou contramedidas em resposta às sanções americanas. A China baniu a empresa norte-americana Micron em sua infraestrutura crítica, propondo também novas restrições de licenciamento para as exportações chinesas de gálio e germânio, dois insumos críticos para as cadeias de suprimento globais de semicondutores.¹¹

⁹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**, 2016.

¹⁰ DOHMEN, Hanna; FELDGOISE, Jacob; KUPCHAN, Charles. The Limits of the China Chip Ban. **Foreign Affairs**. 24.07.2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/china/limits-china-chip-ban>

¹¹ BENSON, Emily. Semiconductor Export Controls. **CSIS – Center for Strategic & International Studies**. 18.10.2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/updated-october-7-semiconductor-export-controls>

3.2 Instrumentos de Ação do Poder Geoeconômico

Uma vez delineada a abrangência de ação da geoeconomia, vale ressaltar como os diversos instrumentos da geoeconomia são utilizados. Os instrumentos da geoeconomia são variados e amplamente aplicados em diferentes contextos. Blackwill e Harris identificam sete principais: políticas comerciais, políticas de investimento, sanções econômicas, esfera cibernética, ajuda externa, política monetária e políticas de energia e commodities. A eficácia desses instrumentos depende da capacidade do Estado de integrá-los em uma estratégia coerente que vise não apenas ganhos econômicos, mas sobretudo objetivos geopolíticos claros.¹²

Pode-se identificar sete ferramentas geoeconômicas principais:

- política comercial;
- política de investimentos;
- sanções econômicas e financeiras;
- cibersegurança;
- assistência ao desenvolvimento;
- política financeira e monetária;
- energia e commodities.

Políticas Comerciais

As políticas comerciais continuam a ser importantes instrumentos geoeconômicos no cenário internacional, sendo utilizadas para proteger indústrias nacionais e exercer pressão sobre países rivais. A guerra comercial iniciada pelos Estados Unidos (primeiro governo Trump) contra a China exemplifica a estratégia, na qual tarifas elevadas sobre produtos chineses foram aplicadas com o objetivo de reequilibrar a balança comercial dos EUA e conter o crescimento econômico e tecnológico da China, em particular em relação ao plano *Made in China 2025*.

No entanto, a política também teve efeitos adversos, além da China, porque afetaram Canadá e México, que também retaliaram, elevando suas próprias tarifas, impactando negativamente as exportações americanas e a competitividade das empresas dos EUA. A teoria e a prática demonstram que as tarifas, isoladamente, têm pouco impacto nas balanças comerciais, que são influenciadas predominantemente por fatores macroeconômicos, como demanda doméstica, políticas fiscais e subsídios estatais. A tentativa de Trump de usar tarifas como um instrumento de poder geoeconômico revelou-se ineficaz, prejudicando a indústria, os trabalhadores e os consumidores americanos.¹³

A disputa entre Rússia e União Europeia pela influência sobre os países do Leste Europeu ilustra um confronto entre modelos distintos de geoeconomia. A Rússia, utilizando medidas coercitivas como bloqueios comerciais, ameaças de interrupção do fornecimento de gás e inspeções rigorosas contra trabalhadores moldavos, busca dissuadir países como a Moldávia de fortalecer laços com a UE. Apesar da resistência moldava e da assinatura

¹² BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**, 2016.

¹³ STEIL, Benn; ROCCA, Benjamin Della, Tariffs and the Trade Balance: How Trump Validated His Critics. **Council on Foreign Relations**, 2021 Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/tariffs-and-trade-balance-how-trump-validated-his-critics>

de acordos com a UE em 2013, o futuro da integração europeia da região permanece incerto, especialmente devido à influência da Ucrânia.

Por outro lado, segundo Blackwill e Harris a estratégia da UE, baseada em incentivos econômicos e integração voluntária, revelou suas limitações diante das táticas agressivas de Moscou, evidenciando a necessidade de uma abordagem mais assertiva para competir com a pressão geopolítica russa.¹⁴

Sanções e Coerções Econômicas

As sanções econômicas demonstram sua eficácia como ferramenta geoeconômica quando alavancadas por mercados grandes e entidades sistêmicas. Países com mercados internos significativos, como os EUA, possuem maior capacidade de impor sanções que gerem impactos globais. A utilização de redes financeiras, como a SWIFT, e setores estratégicos, como o seguro marítimo liderado pela Lloyd's no Reino Unido, exemplifica como entidades sistêmicas amplificam a pressão das sanções, como ocorreu no caso do Irã.

O domínio do dólar americano no comércio internacional fortalece ainda mais essa estratégia, permitindo que o Departamento do Tesouro dos EUA condicione bancos internacionais a escolherem entre operar com o dólar ou com países-alvo das sanções. Esse uso estratégico de ferramentas econômicas destaca a interseção entre finanças globais e política, reforçando o papel das sanções na geoeconomia contemporânea.¹⁵

Segundo Blackwill e Harris, alguns limites podem ser identificados no uso de sanções econômicas. As sanções funcionam melhor quando os objetivos são modestos e os alvos bem definidos, como atividades específicas ou contas de elites, embora nem sempre seja possível para formuladores de políticas restringirem-se a essas metas.

Além disso, sanções exigem o apoio de aliados, como demonstrado pelo fracasso do embargo de grãos dos EUA à União Soviética em 1980 devido à falta de adesão de parceiros como Canadá e Austrália. Ademais, sanções financeiras dependem do domínio do dólar americano, mas seu uso excessivo pode acelerar esforços de outros países para encontrar alternativas, enfraquecendo sua eficácia futura. Exemplo disso é a Gazprom, que passou a aceitar pagamentos em rublos e yuans em resposta às sanções contra a Rússia.¹⁶

Em outro exemplo analisado por Victor Ferguson e Darren Lim¹⁷, a China vem utilizando estratégias de coerção econômica como instrumento de poder geoeconômico em sua relação com a Austrália, evidenciando a complexidade das interdependências comerciais entre os dois países. Os autores argumentam que essa coerção é particularmente eficaz em situações de assimetria nos custos de interrupção do comércio bilateral. Para que uma estratégia coercitiva funcione, é necessário que uma das partes sofra mais, tanto

¹⁴ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 51-52.

¹⁵ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 58

¹⁶ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 59

¹⁷ FERGUSON, Victor; LIM, Darren, *Economic Power and Vulnerability in Sino-Australian Relations* (October 24, 2020). In: Linda Jaivin, Jane Golley, and Sharon Strange (eds), **China Story Yearbook: Crisis**, (ANU Press, Canberra, 2021), DOI: <http://doi.org/10.22459/CSY.2021.09>

economicamente quanto politicamente, pela ausência do comércio que a outra. No caso sino-australiano, a Austrália acreditava ter uma posição de invulnerabilidade devido à dependência chinesa de seus recursos minerais, como ferro e carvão. No entanto, a partir de 2020, essa percepção foi desafiada por fatores como a maturidade da economia chinesa e o crescimento do comércio de serviços, como educação e turismo, setores nos quais a Austrália se tornou mais vulnerável à pressão econômica da China.

Ferguson e Lim destacam que as lições extraídas do uso geoeconômico da coerção pela China em 2020 mostram uma estratégia seletiva e calculada, onde a China não busca desestabilizar fundamentalmente a relação comercial bilateral, mas sim aplicar pressão política com mínimo impacto econômico interno. Ao contrário das sanções americanas, que tendem a exercer "pressão máxima", as sanções chinesas, segundo os autores, são cuidadosamente direcionadas para atingir setores específicos, que frequentemente servem a objetivos de política doméstica. A China nega explicitamente que suas ações sejam motivadas por fins políticos, apresentando outras justificativas. Entretanto, conforme apontam os autores, mesmo com o aumento geral no volume de comércio entre os dois países, os exportadores australianos continuam enfrentando riscos significativos, uma vez que a coerção econômica chinesa pode ser aplicada de maneira sutil e eficaz, com impactos mais difíceis de serem quantificados imediatamente.

Políticas de Investimentos

Os fluxos financeiros globais passaram por uma transformação significativa nas últimas décadas, com os investimentos transfronteiriços substituindo o comércio como principal componente desses fluxos. Estados têm se tornado protagonistas nesse cenário, tanto como investidores quanto como consumidores, especialmente em setores estratégicos como energia. Países como Rússia, Brasil e China concentram parte substancial de seus investimentos em empresas estatais ou veículos de investimento controlados pelo governo, impulsionados por altos preços de commodities e estratégias coordenadas. O fortalecimento dos fluxos de capital entre economias emergentes, estimados em US\$ 1,9 trilhão, e o surgimento de novos centros financeiros no Oriente Médio e na Ásia, também refletem essa mudança.¹⁸

Os investimentos liderados por estados, ainda que frequentemente motivados por razões econômicas, têm implicações geopolíticas significativas. Esses fluxos podem aumentar o poder econômico relativo de um estado e reconfigurar dinâmicas de mercado, especialmente quando os governos utilizam seu conhecimento prévio de eventos geopolíticos para obter vantagens estratégicas.

O controle sobre investimentos estrangeiros (*investment screening*) tem se tornado preocupação crescente para os Estados que buscam proteger setores estratégicos. A União Europeia e os Estados Unidos implementaram mecanismos de triagem para monitorar e, se necessário, bloquear investimentos estrangeiros em setores críticos como infraestrutura e tecnologia.

Nos Estados Unidos, o *Committee on Foreign Investment in the United States* (CFIUS) desempenha papel semelhante, analisando os investimentos estrangeiros que possam afetar a segurança nacional. Sob o primeiro governo Trump, o escopo do CFIUS foi

¹⁸ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 53

ampliado para abranger não apenas setores tradicionais como defesa e telecomunicações, mas também tecnologia emergente e cadeias de suprimentos críticas. Esse movimento ocorreu em resposta direta à crescente preocupação com as aquisições chinesas de empresas americanas em setores de alta tecnologia.¹⁹

Na União Europeia, o Regulamento de Triagem de Investimentos Estrangeiros Diretos (FDI), implementado em 2019, criou um sistema de cooperação entre os Estados-Membros e a Comissão Europeia para avaliar os investimentos estrangeiros que possam afetar a segurança e a ordem pública. Embora os países da UE ainda mantenham a decisão final sobre permitir ou bloquear investimentos, o regulamento exige que a Comissão e outros Estados-Membros sejam notificados de investimentos que possam ter impactos significativos em projetos críticos para o bloco, como redes de eletricidade e programas espaciais. O objetivo é proteger setores-chave de aquisições que poderiam comprometer a segurança da região, muitas vezes com foco em investimentos provenientes de países como a China.²⁰

Medidas desse tipo endereçam preocupações da União Europeia com a influência econômica da China em países ocidentais.

Outra estratégia de investimento pode ser observada na iniciativa da UE com o Global Gateway, lançado em 2021. O Global Gateway é uma estratégia que visa mobilizar investimentos para infraestruturas em países emergentes, competindo diretamente com a Iniciativa do Cinturão e Rota (BRI) da China²¹. Esse projeto europeu pretende fornecer alternativas de financiamento sustentável para países em desenvolvimento, criando laços econômicos e influenciando políticas nesses países, sem os riscos de endividamento que muitos enfrentam com os empréstimos chineses.

Esse movimento é claramente geoeconômico, pois utiliza investimentos e parcerias comerciais como meio de exercer influência e consolidar alianças estratégicas em regiões onde a China tem expandido sua presença econômica. Reflete estratégia mais ampla para contrapor o crescente poder econômico da China no cenário global, especialmente em setores estratégicos, como infraestrutura digital e energia renovável.

Cibersegurança

Os ataques cibernéticos emergem como ferramentas estratégicas na geoeconomia contemporânea, desde que patrocinados ou incentivados por estados e direcionados a impactar economicamente seus alvos. Diferentes de ataques com objetivos puramente militares, como o Stuxnet ou as ofensivas cibernéticas russas contra a Geórgia em 2008, os ataques geoconômicos visam enfraquecer empresas, setores econômicos inteiros ou infraestruturas críticas, como redes elétricas e sistemas bancários, buscando ganhos geopolíticos. Essas ações não apenas degradam a capacidade econômica do alvo, mas também criam estados mais frágeis, suscetíveis à manipulação externa em tempos de

¹⁹ **U.S Department of the Treasury.** The Committee on Foreign Investment in the United States (CFIUS). Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/international/the-committee-on-foreign-investment-in-the-united-states-cfius>

²⁰ MODRALL, Jay, EU Regulation on Foreign Direct Investment Screening, **Norton Rose Fulbright**. Disponível em: <https://www.nortonrosefulbright.com/en/knowledge/publications/fe64bdfd/eu-regulation-on-foreign-direct-investment-screening>.

²¹ **European Commission.** Global Gateway. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_en

crise. Ao comprometer a estabilidade econômica, os ataques cibernéticos geoeconômicos consolidam seu papel como instrumentos de poder no cenário global.²²

Blackwill e Harris apontam que a China utiliza ataques cibernéticos como uma ferramenta geoeconômica para proteger setores estratégicos e reforçar o controle econômico do Partido Comunista Chinês. Esses ataques frequentemente miram indústrias consideradas prioritárias, como tecnologia, energia e automotivo, ou surgem em resposta a grandes negócios que ameaçam o domínio do Partido sobre o mercado interno. Exemplos notáveis incluem o caso da Rio Tinto, alvo de ciberataques durante negociações com a estatal chinesa Chinalco, e a Coca-Cola, hackeada enquanto tentava adquirir a China Huiyuan Juice Group. Tais ações refletem a preocupação do governo chinês com potenciais ameaças à sua autoridade política e econômica, utilizando o ciberespaço para assegurar interesses estratégicos e prevenir a influência de empresas estrangeiras dentro de suas fronteiras.²³

A abordagem dos EUA em relação aos ataques cibernéticos reflete uma tentativa de manter uma linha vermelha ambígua para evitar que adversários planejem ataques abaixo de um limiar claramente definido, enquanto distinguem espionagem voltada para segurança nacional daquela com fins comerciais. Essa diferenciação, no entanto, não é bem compreendida pela China, onde interesses econômicos e de segurança do regime estão profundamente conectados. Apesar da promessa do presidente chinês Xi Jinping, em 2015, de cessar o roubo comercial, ataques cibernéticos atribuídos ao governo chinês continuaram evidenciando a desconfiança entre as nações. A percepção americana de separar segurança nacional e interesses comerciais contrasta com a visão chinesa, onde indústrias estatais são parte integral da infraestrutura de segurança, destacando as tensões culturais e estratégicas no uso de ferramentas geoeconômicas.²⁴

Assistência econômica

A ajuda internacional, como assistência militar e humanitária, é uma ferramenta geoeconômica tradicional usada para conquistar influência estratégica. Embora nem sempre tenha motivações explicitamente econômicas, sua fungibilidade permite liberar recursos para outros fins e, em casos específicos, pode ser projetada com objetivos econômicos claros. Essas formas de assistência interagem, ainda, com outras ferramentas de política geoeconômica, reforçando sua eficácia no alcance de metas estratégicas.²⁵

Blackwill e Harris compreendem que a assistência econômica bilateral, especialmente no contexto da Ajuda Oficial ao Desenvolvimento (ODA), é uma ferramenta geoeconômica clara, frequentemente usada para alcançar objetivos estratégicos além do desenvolvimento. Exemplos recentes mostram como novos doadores, como os países do Conselho de Cooperação do Golfo (GCC), direcionam recursos para estados com maior peso geopolítico, como o Egito, onde comprometeram bilhões de dólares para estabilizar o governo de el-Sissi após a remoção de Morsi. Essa estratégia gerou dividendos

²² BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 60

²³ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 63

²⁴ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 68

²⁵ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 68-69

geopolíticos, incluindo a assinatura da Declaração do Cairo em 2015, que consolidou laços econômicos e militares entre Egito e Arábia Saudita. A prática reflete uma tendência crescente de priorizar ganhos estratégicos sobre objetivos puramente de desenvolvimento.²⁶

Os bancos de desenvolvimento estatais, como o BNDES no Brasil e o China Development Bank (CDB), podem ser considerados como ferramentas geoeconômicas estratégicas, na medida em que podem oferecer financiamentos substanciais a países em desenvolvimento em condições abaixo do mercado. Esses bancos fomentam o desenvolvimento econômico e ampliam a influência geopolítica de seus países de origem. Exemplos como o empréstimo de US\$ 40 bilhões do CDB para a Venezuela demonstram como essas instituições alavancam seus recursos para construir alianças estratégicas, consolidando relações econômicas e políticas em nível global.²⁷

A criação do Banco dos BRICS, capitalizado inicialmente em US\$ 100 bilhões, reforça a autonomia dos países emergentes no cenário financeiro global. Uma característica central é a garantia de participação das empresas estatais dos países membros nos projetos financiados, assegurando o protagonismo de seus "campeões nacionais".²⁸

Política financeira e monetária

As transformações recentes no cenário geopolítico e financeiro global sugerem o ressurgimento de uma geopolítica acentuada das políticas monetárias e financeiras, impulsionada por fatores como a ascensão do renminbi (RMB) como moeda internacional, esforços para reduzir a dependência global do dólar, o amadurecimento do euro e debates sobre políticas de flexibilização quantitativa. Nesse contexto, três canais de transmissão emergem como fundamentais para traduzir o poder monetário em influência geopolítica: a presença global de uma moeda, a capacidade de captar recursos a custos baixos e a habilidade de influenciar os custos de empréstimos de outros países. Embora esses canais já existissem, eles agora operam em um cenário transformado, caracterizado pela crescente globalização e pela ampliação do papel de economias emergentes, tornando suas dinâmicas mais complexas e imprevisíveis. Isso exige uma revisão das normas tradicionais que mantiveram separadas as esferas de diplomacia e finanças, que podem se mostrar inadequadas para lidar com os novos desafios estratégicos.²⁹

Os exemplos do Qatar e da Rússia ilustram como estados podem utilizar estratégias geoeconômicas, explícitas ou implícitas, para influenciar outros países por meio da manipulação de custos de empréstimos. Após a derrubada de Morsi no Egito, o Qatar triplicou sua participação em títulos do tesouro egípcio, usando-os como uma das poucas alternativas para manter alguma influência em um Egito hostil ao seu apoio anterior. De forma semelhante, a Rússia, ao oferecer um pacote financeiro favorável à Ucrânia em 2013, buscou redirecionar a política externa ucraniana para Moscou, mas utilizou os \$3

²⁶ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 71

²⁷ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 73-74

²⁸ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 74

²⁹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 75-76.

bilhões em bônus entregues como alavanca política durante a anexação da Crimeia e o apoio a separatistas.

Esses casos revelam lacunas no sistema financeiro global que pressupõe uma separação entre financiamento de mercado e patronato político. Os governos soberanos podem agir simultaneamente como atores de mercado e agentes políticos, explorando sua soberania para moldar crises financeiras em ferramentas de influência política, expondo a inadequação das normas atuais diante de tais práticas híbridas.³⁰

Energia e commodities

Energia e commodities desempenham um papel crucial na geoeconomia, não apenas como instrumentos de coerção, mas também como ferramentas estratégicas de aliança e cooperação. O Qatar, por exemplo, utiliza sua posição como fornecedor de 85% do gás natural do Reino Unido como uma "apólice de seguro" geopolítica, reforçando potenciais compromissos de segurança por parte de aliados como EUA, Reino Unido e OTAN. De maneira semelhante, a Arábia Saudita demonstra interesse mútuo ao permitir que o Bahrein produza petróleo de um campo saudita, fortalecendo o governo sunita do país e promovendo a estabilidade regional. Além disso, as decisões energéticas podem gerar consequências colaterais significativas, como no caso da venda de petroleiros da China ao Irã, que possibilitou a continuidade das exportações de petróleo iraniano, mesmo sob sanções, reduzindo a vulnerabilidade do Irã e garantindo acesso energético à China.³¹

3.3 Guerras comerciais, tecnológicas e novas configurações

Rivalidade EUA – China

A rivalidade comercial e tecnológica entre EUA e China está no centro da transição para a nova ordem geoeconômica.

A guerra comercial mais explícita entre os Estados Unidos e a China começou em 2018 e se intensificou nos anos seguintes, envolvendo tarifas de importação, sanções e controle de exportações de ambos os lados. O conflito teve como objetivo principal equilibrar a balança comercial e combater práticas comerciais que Washington consideradas injustas, como o “roubo” de propriedade intelectual e a transferência forçada de tecnologia.

A guerra comercial também se expandiu para uma competição tecnológica, com os EUA impondo controles rígidos sobre a exportação de tecnologias avançadas, como semicondutores, para a China.³² A China, por outro lado, busca intensificar seus esforços para alcançar autossuficiência tecnológica e reduzir sua dependência de fornecedores estrangeiros.³³ Nesse caso, China e EUA buscam a supremacia em setores críticos como inteligência artificial, semicondutores e redes 5G.

³⁰ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 81.

³¹ BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. *War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft*. Cambridge: Harvard University Press, 2016, p. 86-87.

³² KENNEDY, Scott. **U.S.-China Relations in 2024: Managing Competition Without Conflict**. CSIS – Center for Strategic & International Studies. 03.01.2024.

³³ HAKIM, Shirin; MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. *Geoeconomic Fragmentation and net-zero targets*. **Atlantic Council**. 16.04.2024. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/bretton-woods-2-0/geoeconomic-fragmentation-and-net-zero-targets/>

Em 2024, tentou-se evitar confronto mais amplo das relações comerciais entre os dois países. Em cúpula realizada antes do encontro dos líderes econômicos da Cooperação Econômica Ásia-Pacífico (APEC), os presidentes Biden e Xi Jinping anunciaram medidas para mitigar os riscos e melhorar a cooperação em áreas como energia renovável, controle de narcóticos e inteligência artificial. Apesar desses avanços, ainda há grande desconfiança e competição por poder e influência global.³⁴

União Europeia entre Estados Unidos e China

A União Europeia (UE), diante das tensões entre EUA e China, adota uma postura geoeconômica que busca fortalecer sua autonomia estratégica enquanto navega entre as duas superpotências. Com uma economia fortemente integrada ao sistema global de comércio e investimentos, a UE está especialmente vulnerável às interrupções nas cadeias de suprimentos globais, exacerbadas pela guerra comercial e tecnológica entre Washington e Pequim.³⁵

O lançamento do *European Chips Act* representa um esforço para desenvolver a capacidade europeia de produção de semicondutores, reduzindo a dependência da UE em relação a fornecedores asiáticos, particularmente Taiwan e China. A UE tem investido em políticas de *de-risking* e *friendshoring*, que visam realocar cadeias de valor para países aliados, minimizando riscos geopolíticos e assegurando a continuidade de suprimentos essenciais, como matérias-primas críticas e componentes tecnológicos.³⁶

Essas políticas visam não apenas à resiliência econômica, mas também à capacidade da UE de projetar poder em um sistema global cada vez mais multipolar. A Europa, ao diversificar suas parcerias comerciais e de investimento, busca evitar um alinhamento automático com qualquer uma das superpotências, preservando sua autonomia e capacidade de influenciar a ordem geoeconômica global.

No Conselho Europeu de junho de 2023, os Estados-Membros da União Europeia reafirmaram a abordagem política multifacetada da UE em relação à China, delineada em sua perspectiva estratégica de 2019.³⁷ A China é hoje considerada, ao mesmo tempo, parceira, competidora econômica e rival sistêmica da EU no âmbito da sua “Estratégia

³⁴ **The White House.** Readout of President Joe Biden’s Meeting with President Xi Jinping of the People’s Republic of China. 2024. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2024/11/16/readout-of-president-joe-bidens-meeting-with-president-xi-jinping-of-the-peoples-republic-of-china-3/>

³⁵ **European Parliament; Council of the European Union. Regulation - 2023/1781 - EN - EUR-Lex.** 18.09.2023, Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L_.2023.229.01.0001.01.ENG MCLELLAN, Eric. The European Chips Act: A Vital Step In the Right Direction. **Wilson Center.** 04.08.2023. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/european-chips-act-vital-step-right-direction>

³⁶ Ibid.

³⁷ O conceito de 'Open Strategic Autonomy' foi introduzido pela União Europeia para descrever sua abordagem de fortalecer a capacidade de ação autônoma em setores críticos, enquanto mantém seu compromisso com o comércio internacional baseado em regras. Diferente da tradicional 'autonomia estratégica', esta nova abordagem visa proteger os interesses estratégicos da UE sem recorrer ao protecionismo, equilibrando independência e abertura ao comércio global. Ver: **European Commission, JRC publishes foresight report on the future of the EU’s Open Strategic Autonomy.** 2021. Disponível em: https://joint-research-centre.ec.europa.eu/jrc-news-and-updates/future-eus-open-strategic-autonomy-2021-09-08_en

Multidimensional”. A nova visão trouxe mudança significativa no relacionamento entre China e EU. O relacionamento que antes era pautado por oportunidades econômicas, passou a ganhar contornos mais críticos e estratégicos.

A UE enfrenta o desafio de proteger suas indústrias estratégicas e garantir a resiliência de suas cadeias de suprimentos, bem como seus mercados para exportações. A pandemia e a guerra na Ucrânia expuseram a vulnerabilidade da UE à dependência de recursos energéticos e industriais externos, levando o bloco a adotar uma postura mais assertiva em relação à triagem de investimentos estrangeiros e à diversificação de suas fontes de energia. A UE passou a investir em tecnologias verdes para liderar a transição energética e reduzir a dependência de combustíveis fósseis, enquanto busca fortalecer sua posição geoeconômica no cenário global.³⁸

A Estratégia de Autossuficiência Tecnológica da China

A resposta chinesa à crescente pressão dos Estados Unidos no contexto da guerra tecnológica tem sido uma busca estratégica pela autossuficiência, focada na promoção de inovação doméstica e redução da dependência de tecnologias estrangeiras. Essa estratégia está alinhada com a política de "circulação dual" (*dual circulation*), anunciada pelo governo chinês em 2020, que visa criar equilíbrio entre o crescimento interno e a participação no mercado global. A “circulação interna” diz respeito ao fortalecimento do mercado doméstico e à capacidade de produção interna, enquanto a “circulação externa” envolve a integração com mercados internacionais quando houver vantagem estratégica.³⁹

A intensificação das sanções americanas, como as impostas à Huawei e à ZTE, reforçou a percepção de que a dependência de tecnologias críticas de países estrangeiros representa um risco estratégico significativo. Em resposta, a China acelerou o desenvolvimento de alternativas domésticas em setores essenciais, como semicondutores e redes 5G. A estratégia de circulação dual também busca aumentar a resiliência econômica chinesa, especialmente em meio à crescente incerteza global e à desaceleração da globalização observada nas democracias ocidentais.⁴⁰

A Reconfiguração das Cadeias de Suprimento

A pandemia de COVID-19 e as tensões comerciais exacerbaram a necessidade de reconfigurar as cadeias de suprimento globais. Empresas e governos, em todo o mundo, agora buscam diversificar suas fontes de insumos críticos, reduzindo a dependência de um único fornecedor. EUA e UE passaram a fortalecer suas políticas de triagem de investimentos e adotar medidas para garantir a segurança de suprimentos essenciais, como semicondutores e medicamentos.

³⁸ HAKIM, Shirin; MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. Geoeconomic Fragmentation and net-zero targets. **Atlantic Council**. 16.04.2024. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/bretton-woods-2-0/geoeconomic-fragmentation-and-net-zero-targets/>

³⁹ GARCIA HERRERO, Alcía, What is behind China’s Dual Circulation Strategy?, **Bruegel**: The Brussels-based economic think tank. 2021. Disponível em: <<https://www.bruegel.org/report/what-behind-chinas-dual-circulation-strategy>>. Acesso em: 30 set. 2024.

⁴⁰ BLANCHETTE, Jude; POLK, Andrew, Dual Circulation and China’s New Hedged Integration Strategy, **Center for Strategic and International Studies**, 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/dual-circulation-and-chinas-new-hedged-integration-strategy>

A pandemia de COVID-19 abalou as cadeias de suprimento globais, que ainda não se recuperaram completamente. No campo privado, envolvendo empresas, muitos gestores que anteriormente seguiam os princípios de gestão "enxuta", como o *just-in-time* (gestão de estoque em tempo real), agora adotam abordagem oposta, conhecida como *just-in-case* (gestão de estoque de segurança). A tendência de simplesmente *super estocar* com estratégia de estoque *just-in-case*, pouco planejada, resultou em aumento significativo dos estoques globais nos setores de varejo, atacado e manufatura. Exemplo ocorreu no setor de vestuário, onde a prática era de compradores fazerem pedidos para a alta temporada com seis meses de antecedência. Com alta volatilidade, as previsões de demanda não se enquadraram na demanda real, com o consequente aumento de risco de estoques insuficiente para as temporadas ou obrigatoriedade de descontos pelo excesso de estoque.⁴¹

Corrida por Recursos Naturais e Disputas de Energia

Mudanças climáticas obrigaram países a adotarem políticas de transição energética para substituírem economias baseadas em combustíveis fósseis. Minerais críticos desempenham papel fundamental nessa mudança, especialmente na busca por fontes mais limpas de eletricidade. A crescente adoção de veículos elétricos (EVs) transformou o mercado global de baterias em um dos principais impulsionadores do processo, já que parte substancial dos custos dos EVs está relacionada à produção de baterias, cuja composição depende fortemente desses minerais.⁴²

O mercado global de minerais críticos é dominado por poucos países, com a China liderando tanto na produção quanto no processamento e manufatura. A China controla uma grande parte da cadeia de valor global, especialmente em cobalto, cobre, lítio e elementos de terras raras, além de ser a maior consumidora desses recursos. O domínio chinês se decorre da adoção de políticas de longo prazo que incentivaram o desenvolvimento de indústrias estratégicas e à expansão de investimentos em países ricos em recursos naturais, como investimentos da China na África. No entanto, a concentração do mercado está conduzindo outros países a buscarem alternativas para reduzir a dependência da China e garantir a segurança de suas cadeias de suprimentos.⁴³

Governos e empresas em todo o mundo estão mobilizando esforços na mineração, transporte, processamento e manufatura de produtos derivados desses minerais, para garantir a segurança e o controle da cadeia de valor. Países com grandes reservas de minerais críticos estão, assim, desenvolvendo novas estratégias de investimento e políticas públicas, buscando maximizar os benefícios econômicos, sociais e de segurança nacional que tais recursos podem proporcionar⁴⁴. As empresas chinesas estão enfrentando um ambiente desafiador, com crescente reação política em economias anfitriãs, particularmente nos EUA, ao mesmo tempo que enfrentam preocupações de Beijing sobre

⁴¹ COLEHOWER, Jonatham. Using Technology to Improve Supply-Chain Resilience. **Harvard Business Review**. 25.09.2023. Disponível em: <https://hbr.org/2023/09/using-technology-to-improve-supply-chain-resilience>

⁴² BURKE, Sharon E. *et al*, Critical minerals: Global Supply Chains and Indo-Pacific Geopolitics, Washington: **The National Bureau of Asian Research**, 2022. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/critical-minerals-global-supply-chains-and-indo-pacific-geopolitics/>

⁴³ *Ibid*.

⁴⁴ BURKE, Sharon E. *et al*, **Critical minerals: Global Supply Chains and Indo-Pacific Geopolitics**, Washington: **The National Bureau of Asian Research**, 2022. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/critical-minerals-global-supply-chains-and-indo-pacific-geopolitics/>

a transferência de tecnologia e a produção de valor agregado fora da China, justamente quando o país precisa impulsionar seu crescimento econômico doméstico.⁴⁵

3.4 A China e os *middle states* como atores da Geoeconomia na ordem global

O papel da China

A China, além de ser alvo, é também considerada como importante praticante da geoeconomia contemporânea, notadamente junto aos países do Sul Global. O país utiliza instrumentos econômicos para ampliar sua influência global, seja por meio da Iniciativa do Cinturão e Rota, seja por meio de empréstimos em infraestrutura nesses países.

A China tem utilizado financiamentos como parte de sua estratégia de engajamento com países do Sul Global, especialmente através da Iniciativa do Cinturão e Rota e de instituições como o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (AIIB). Esses empréstimos muitas vezes vêm na forma de assistência financeira para projetos de infraestrutura, como construção de estradas, portos e ferrovias em países da África, América Latina e Sudeste Asiático. Essa abordagem combina direito internacional público e privado, criando uma ordem jurídica transnacional sino-cêntrica que utiliza tratados e contratos para facilitar a integração econômica, com a China no centro dessa rede.

Entre 2013 e 2018, a China alocou cerca de 42 bilhões de dólares em assistência externa, incluindo doações, empréstimos sem juros e empréstimos concessionais, dos quais aproximadamente 45% foram direcionados para países africanos. Em 2022, a China perdeu 23 empréstimos sem juros para 17 países africanos e redirecionou 10 bilhões de dólares de suas reservas do FMI para apoiar nações africanas⁴⁶. Esses acordos, muitas vezes estruturados através de memorandos de entendimento e tratados bilaterais de investimento, refletem a estratégia da China de consolidar sua posição como um polo central de desenvolvimento econômico, particularmente em regiões onde o financiamento ocidental é limitado ou onde as condições de empréstimo são mais rigorosas⁴⁷.

A China tem sido descrita como o "emprestador de última instância" para países em desenvolvimento, realizando 128 operações de resgate em 22 países entre 2020 e 2021, totalizando 240 bilhões de dólares. Por exemplo, o Sri Lanka deve à China cerca de 7,4 bilhões de dólares, representando quase um quinto da dívida pública do país. Em resposta à crise da dívida do Sri Lanka, a China ofereceu uma moratória de dois anos sobre a dívida em 2023⁴⁸. Esse modelo de financiamento, além de fortalecer os laços econômicos com os países receptores, também proporciona à China maior influência política e econômica,

⁴⁵ SEBASTIAN; GOUJON; MEYER, Pole Position: Chinese EV Investments Boom Amid Growing Political Backlash **Rhodium Group**, 2024. Disponível em: <https://rhg.com/research/pole-position-chinese-ev-investments-boom-amid-growing-political-backlash/>

⁴⁶ SCHUMAN, Michael; FULTON, Jonathan; Gering, Tuvia. How Beijing's newest global initiatives seek to remake the World Order. **Atlantic Council**. 21.06.2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/how-beijings-newest-global-initiatives-seek-to-remake-the-world-order/>

⁴⁷ SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

⁴⁸ *Ibid.*

permitindo que ela construa um sistema de governança transnacional que desafia o modelo ocidental liderado por instituições como o FMI e o Banco Mundial⁴⁹.

A estratégia geoeconômica da China se diferencia dos modelos ocidentais por não exigir reformas internas nos países receptores, como padrões trabalhistas ou ambientais, e por promover um modelo de governança econômica pragmático, centrado em infraestrutura e inovação. Ao mesmo tempo em que a China se posiciona como uma defensora do sistema multilateral, participando de instituições como a OMC, cria uma rede paralela de tratados e parcerias bilaterais que reforçam sua autonomia estratégica em caso de colapso do sistema multilateral⁵⁰. Assim, a China equilibra sua participação nas instituições globais com a construção de uma ordem econômica sino-cêntrica, oferecendo uma alternativa viável para países em desenvolvimento que buscam financiamento e parcerias fora do alcance ocidental tradicional.

A abordagem chinesa inclui a integração estratégica de seus parceiros comerciais e de investimento em cadeias de valor globais que são lideradas pela própria China. A criação de zonas econômicas especiais e projetos de infraestrutura, como portos e ferrovias, facilitam a exportação de excedentes industriais chineses, e permitem que a China obtenha acesso privilegiado a recursos naturais, como minerais e combustíveis fósseis. Esse modelo de interdependência econômica não só fortalece a posição da China como potência global, mas também oferece aos países do Sul Global uma alternativa tangível de desenvolvimento sem a pressão política e econômica tradicionalmente associada aos financiamentos ocidentais. Isso, por sua vez, consolida o papel da China como uma potência econômica e política hegemônica em várias regiões do mundo.⁵¹

Os autores Shaffer e Gao compararam a abordagem ocidental e chinesa de governança econômica:

⁴⁹ SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

⁵⁰ SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

⁵¹ SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

Tabela 1: Comparação entre Consenso de Washington e Consenso de Beijing

Aspecto	Consenso de Washington	Consenso de Beijing
Sistema político	Democracia liberal	Governo autoritário
Modelo de desenvolvimento econômico	Economia de mercado laissez-faire com pouca intervenção governamental, como política industrial	Política industrial com forte intervenção estatal; empresas estatais para setores críticos
Políticas de comércio e investimento	Abertura econômica com poucas restrições ao comércio e ao investimento estrangeiro	Abertura limitada com muitas restrições expressas ou de fato sobre comércio e investimento estrangeiro
Política externa	Promoção de ideais democráticos, liberais e de mercado	Não-interferência, soberania e autodeterminação
Rigidez doutrinária	Rígido em termos de prescrições legais quanto aos direitos	Não-prescritivo ideologicamente; experimentação através de tentativa e erro

Fonte: SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/
Tradução livre

Por outro lado, a expansão geoeconômica chinesa através de instrumentos como a BRI tem levantado críticas, particularmente quanto ao fenômeno da chamada "armadilha da dívida". Países como o Sri Lanka e o Quênia, que dependem fortemente dos empréstimos chineses, enfrentam dificuldades em honrar essas dívidas, o que leva a preocupações sobre a soberania nacional e a influência política que a China pode exercer em troca de concessões econômicas e políticas. Embora a China tenha se esforçado para reformular sua imagem global como um parceiro de desenvolvimento confiável e não intervencionista, essas críticas revelam os desafios subjacentes a essa expansão econômica. Embora o modelo geoeconômico da China ofereça oportunidades significativas para o desenvolvimento econômico de seus parceiros, ele também levanta questões sobre os custos de longo prazo dessa dependência econômica.⁵²

O papel da Índia

A Índia emerge como o principal *swing state*⁵³ na nova ordem geopolítica e geoeconômica global, utilizando sua posição estratégica para equilibrar suas relações com EUA e China. Com um crescimento econômico robusto e um papel cada vez mais relevante na política

⁵² SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268.
Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

⁵³ Swing States são países que não estão plenamente alinhados com nenhuma das superpotências – Estados Unidos ou China – e que possuem flexibilidade para influenciar dinâmicas de poder em um mundo multipolar. Esses estados têm a capacidade de *oscilar* entre as grandes potências em questões específicas, utilizando sua posição para maximizar seus próprios interesses nacionais. (tradução livre). (KUPCHAN, Cliff. Swing States Will Decide the Future of Geopolitics. **Foreign Policy**, 06.06.2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/06/06/geopolitics-global-south-middle-powers-swing-states-india-brazil-turkey-indonesia-saudi-arabia-south-africa/>).

internacional, a Índia adota uma estratégia geoeconômica pragmática e flexível, buscando maximizar os benefícios de suas parcerias com ambas as superpotências.⁵⁴

No campo comercial, a Índia mantém relações comerciais robustas com a China, mas também participa ativamente do *Quadrilateral Security Dialogue* (Quad), ao lado de EUA, Japão e Austrália, como parte de uma estratégia para contrabalançar a influência chinesa na Ásia-Pacífico. Essa dualidade permite à Índia negociar melhores termos em suas relações comerciais e de investimento, utilizando a competição geoeconômica entre Washington e Pequim a seu favor.⁵⁵

A Índia busca expandir sua influência em fóruns multilaterais e na governança global, contribuindo para questões como segurança energética, mudanças climáticas e comércio de tecnologias avançadas. Sua posição de não alinhamento ativo e a capacidade de mediar conflitos a tornam um ator-chave na formação de uma nova ordem geoeconômica, na qual potências regionais emergem como protagonistas capazes de moldar as dinâmicas globais.⁵⁶

O papel do Brasil

O Brasil adota uma política externa pendular, equilibrando suas relações com as superpotências para maximizar suas oportunidades econômicas e estratégicas. No contexto da guerra comercial e tecnológica EUA - China, o Brasil viu suas exportações de *commodities* para a China crescerem significativamente, especialmente em setores como soja e minério de ferro, aproveitando o espaço deixado pelo recuo das exportações norte-americanas.⁵⁷

Contudo, essa dependência comercial acentuada com a China também representa riscos geoeconômicos, pois o Brasil se torna vulnerável às flutuações da demanda chinesa e à supercapacidade do país asiático em setores como o aço. Para mitigar esses riscos, o Brasil busca diversificar seus mercados de exportação e atrair investimentos estrangeiros em setores estratégicos, como infraestrutura e tecnologia, sem perder de vista a necessidade de proteger sua indústria doméstica contra práticas de *dumping* e concorrência desleal.⁵⁸

⁵⁴ YILMAZ, Şuhnaz. Middle Powers and Regional Powers. **Oxford Bibliographies**. 27.09.2017. Disponível em: <https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0222.xml> KUPCHAN, Cliff. Swing States Will Decide the Future of Geopolitics. **Foreign Policy**, 06.06.2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/06/06/geopolitics-global-south-middle-powers-swing-states-india-brazil-turkey-indonesia-saudi-arabia-south-africa> PERTHES, Volker. Dimensions of rivalry: China, the United States, and Europe. **China International Strategy Review**, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/journal/42533>

⁵⁵ COLLEY, Christopher. The Emerging Great Game. **Stimson Center**. 08.04.2024. Disponível em: <https://www.stimson.org/2024/emerging-great-game-china-india-america-engagement/>

⁵⁶ GEWIRTZ, Paul. China, the United States, and the future of a rules-based international order. **Brookings Institution**. 22.07.2024. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/china-the-united-states-and-the-future-of-a-rules-based-international-order/>

⁵⁷ KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Uma política externa pendular entre EUA e China: o Brasil se protegendo para sobreviver**. **CEBRI-Revista**, Ano 1, No. 4, Out-Dez 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/57/uma-politica-externa-pendular-entre-eua-e-china-o-brasil-se-protendendo-para-sobreviver>

⁵⁸ OLANDER, Eric. **The Impact of Chinese Overcapacity on Developing Countries**. The China-Global South Project. 04.07.2024.

Como membro do BRICS+, o Brasil procura atuar entre as superpotências, mantendo posição de liderança regional e utilizando fóruns multilaterais para defender seus interesses econômicos. Essa abordagem pendular permite ao Brasil extrair benefícios tanto da competição sino-americana quanto de cooperação com parceiros europeus e de outros mercados emergentes.⁵⁹

O Brasil pode desempenhar papel fundamental como fornecedor de recursos naturais e *commodities*, tais como soja, minério de ferro e petróleo. Com grandes reservas de minerais críticos como o lítio e o nióbio. Além de ser um dos maiores produtores de petróleo e *commodities* agrícolas, o Brasil está em uma posição estratégica para atender à demanda global crescente por esses recursos. No entanto, a falta de políticas industriais robustas e infraestrutura adequada limita o potencial do país de agregar valor às suas exportações e de participar de forma mais integrada nas cadeias de valor globais.⁶⁰

3.5 Desafios e Oportunidades na Era Geoeconômica

A geoeconomia contemporânea apresenta tanto desafios quanto oportunidades para os Estados. Uma análise de desafios e oportunidades é realizada por Roberts, Choer de Moraes e Ferguson.⁶¹ Para os autores, um dos principais desafios é a necessidade de equilibrar a defesa de interesses nacionais com a manutenção de um sistema econômico global aberto. Nesse sentido, a crescente rivalidade tecnológica e comercial entre Estados Unidos e China traz consequências profundas para a governança econômica global. Essas duas potências, jogando em estilos diferentes no campo geoeconômico, destacam suas vantagens competitivas para moldar a ordem global emergente. Roberts ilustra a diferença indicando que enquanto os EUA adotam uma abordagem mais descentralizada e fluida, a China se organiza de maneira mais coordenada e protegida. Essa competição intensifica as complexidades do cenário internacional, onde as interações econômicas entre esses gigantes afetam diretamente as regras do jogo global.

A competição geoeconômica pode levar a uma fragmentação do sistema internacional, com blocos econômicos rivais emergindo e uma maior instabilidade global. A guerra comercial entre EUA e China e as sanções econômicas impostas à Rússia após a invasão da Ucrânia são exemplos de como as disputas econômicas estão exacerbando tensões geopolíticas. Isso pode levar a um mundo mais dividido, com blocos econômicos rivais e uma diminuição na cooperação multilateral. Ademais, o abandono do cumprimento de regras do Direito Econômico Internacional, impulsionado pela competição entre grandes potências, enfraquece os mecanismos jurídicos internacionais e amplia o espaço para decisões políticas e econômicas controladas domesticamente. Estados Unidos e China, por exemplo, têm limitado as discussões de questões críticas nos organismos

⁵⁹ YILMAZ, Şuhnaz. **Middle Powers and Regional Powers**. Oxford Bibliographies. 27.09.2017.

MEHMOOD, Zaeem Hassan; KHAN, Ramla. **Revisiting the US-China Trade War: A Strategic Assessment**. AUSTRAL: Brazilian Journal of Strategy & International Relations, 2021.

⁶⁰ MANNING, Robert A. **Trade and financial fragmentation: New challenges to global stability** – Atlantic Council. 07.07.2020. MOREIRA, Assis – Genebra. **U.S. wants more access to critical minerals from Brazil**. Valor Econômico – International. 19.09.2022.

⁶¹ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. **Toward a Geoeconomic Order**, *Journal of International Economic Law*, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

internacionais, resultando em cenário menos previsível, onde a politização das relações comerciais aumenta o risco de tensões⁶².

No entanto, para Roberts, Moraes e Ferguson, a geoeconomia também oferece oportunidades para a cooperação em questões de interesse comum, como mudanças climáticas e segurança energética. Esse cenário fragmentado se reflete no conceito de "multilateralismo seletivo", em que as potências têm dificuldades para alcançar consensos multilaterais. Isso se deve, em parte, à alegação dos EUA de que a China não está aderindo completamente às regras de mercado livre, enquanto a China afirma que suas práticas estão de acordo com as normas vigentes. Tal divergência pode resultar em soluções fragmentadas, com blocos econômicos regionais atuando como mediadores, como o papel crescente da União Europeia⁶³.

A transição para uma economia global menos dependente de combustíveis fósseis também cria oportunidades para a cooperação internacional. Questões como segurança energética, mudança climática e desenvolvimento sustentável podem se beneficiar de uma abordagem geoeconômica integrada, onde países colaboram para enfrentar desafios comuns e reduzir riscos econômicos e geopolíticos. No entanto, ao mesmo tempo que tais desafios globais promovem cooperação, grandes potências como China e EUA buscam criar suas próprias esferas de influência, promovendo blocos de independência em áreas como cadeias de suprimentos e infraestrutura digital. Enquanto os EUA tentam restringir a participação de empresas chinesas em setores estratégicos como o 5G, a China promove a Rota da Seda Digital e avança com medidas de desacoplamento tecnológico. Essa criação de setores de influência pressiona países menores a escolher entre as duas potências, gerando novas formas de rivalidade no cenário global⁶⁴.

Papel relevante passa a ser desempenhado pelas grandes corporações multinacionais que passam a ser foco das disputas geoeconômicas, muitas vezes servindo como instrumentos de políticas estatais ou como atores independentes que influenciam as relações internacionais. Empresas de tecnologia como a Apple e a Huawei são diretamente impactadas pelas políticas de controle de exportação dos EUA e da China, enquanto empresas de energia, como a Shell e a Petrobras, enfrentam desafios para se adaptar a um ambiente regulatório cada vez mais voltado para a sustentabilidade. A pressão para realocar cadeias de suprimento e a adoção de estratégias de diversificação de fornecedores também afeta diretamente o comportamento dessas empresas.⁶⁵

Por fim, ainda que ambos os lados tentem criar independência em áreas críticas, como sistemas de Tecnologia, Inovação e Comunicação (TIC) e cadeias de suprimentos,

⁶² ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

⁶³ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

⁶⁴ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

⁶⁵ MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. Geoeconomic Fragmentation is threatening the green energy transition. **Atlantic Council**. 30.11.2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/geoeconomic-fragmentation-is-threatening-the-green-energy-transition/>

observa-se uma convergência gradual entre os estilos de estratégias de EUA e China, com a China passando a adotar um modelo mais ágil e descentralizado, e os EUA passando a promover uma coordenação mais robusta e defensiva, exemplificada por políticas industriais e maiores investimentos em pesquisa e desenvolvimento. Essa adaptação mútua demonstra que, apesar das diferenças, as duas potências ajustam suas estratégias para competir de forma mais eficaz em um cenário global marcado pela rivalidade geoeconômica.⁶⁶

3.6 Conclusões

A geoeconomia contemporânea reflete cenário global complexo e dinâmico, onde grandes potências e as corporações multinacionais lutam para equilibrar interesses nacionais com a necessidade de manter um sistema econômico global funcional. O *status quo* geoeconômico é moldado por vários fatores, incluindo a competição econômica e tecnológica entre Estados Unidos e China, as políticas protecionistas da União Europeia, o papel crescente do Brasil como fornecedor de recursos naturais e da Índia como grande produtor industrial.

Apesar dos desafios, a geoeconomia oferece oportunidades significativas para a cooperação internacional, especialmente em áreas como segurança energética e mudanças climáticas. A transição para uma economia menos dependente de combustíveis fósseis requer um esforço conjunto entre as principais economias para desenvolver e implementar tecnologias limpas. A cooperação em energia renovável e a diversificação de fontes de minerais críticos são exemplos de como a geoeconomia pode ser utilizada para promover um desenvolvimento sustentável e resiliente.

Em resumo, o cenário geoeconômico atual é marcado por uma competição acirrada entre grandes potências e desafios estruturais para manter um sistema econômico global estável. No entanto, há espaço para a cooperação, especialmente, em questões globais que exigem esforços coletivos.

REFERÊNCIAS

BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T., *Geoeconomics in a Changing Global Order*, in: BABIĆ, Milan; DIXON, Adam D.; LIU, Imogen T. (Orgs.), **The Political Economy of Geoeconomics: Europe in a Changing World**, Cham: Springer International Publishing, 2022, p. 1–27. Disponível em: <https://forskning.ruc.dk/en/publications/geoeconomics-in-a-changing-global-order>

BENSON, Emily. Semiconductor Export Controls. **CSIS – Center for Strategic & International Studies**. 18.10.2023. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/updated-october-7-semiconductor-export-controls>

BLACKWILL, Robert; HARRIS, Jennifer. **War by Other Means: Geoeconomics and Statecraft**, 2016.

BLANCHETTE, Jude; POLK, Andrew, *Dual Circulation and China's New Hedged Integration Strategy*, **Center for Strategic and International Studies**, 2020. Disponível em: <https://www.csis.org/analysis/dual-circulation-and-chinas-new-hedged-integration-strategy>

⁶⁶ ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

BURKE, Sharon E. *et al*, Critical minerals: Global Supply Chains and Indo-Pacific Geopolitics, Washington: **The National Bureau of Asian Research**, 2022. Disponível em: <https://www.nbr.org/publication/critical-minerals-global-supply-chains-and-indo-pacific-geopolitics/>

COLEHOWER, Jonatham. Using Technology to Improve Supply-Chain Resilience. **Harvard Business Review**. 25.09.2023. Disponível em: <https://hbr.org/2023/09/using-technology-to-improve-supply-chain-resilience>

COLLEY, Christopher. The Emerging Great Game. **Stimson Center**. 08.04.2024. Disponível em: <https://www.stimson.org/2024/emerging-great-game-china-india-america-engagement/>

DOHMEN, Hanna; FELDGOISE, Jacob; KUPCHAN, Charles. The Limits of the China Chip Ban. **Foreign Affairs**. 24.07.2024. Disponível em: <https://www.foreignaffairs.com/china/limits-china-chip-ban>

European Commission, JRC publishes foresight report on the future of the EU's Open Strategic Autonomy. 2021. Disponível em: https://joint-research-centre.ec.europa.eu/jrc-news-and-updates/future-eus-open-strategic-autonomy-2021-09-08_en

European Commission. Global Gateway. Disponível em: https://commission.europa.eu/strategy-and-policy/priorities-2019-2024/stronger-europe-world/global-gateway_en

European Parliament; Council of the European Union. Regulation - 2023/1781 - EN - EUR-Lex. 18.09.2023, Disponível em: https://eur-lex.europa.eu/legal-content/EN/TXT/?uri=uriserv%3AOJ.L_.2023.229.01.0001.01.ENG

FARRELL, Henry; NEWMAN, Abraham L. Weaponized Interdependence: How Global Economic Networks Shape State Coercion. **International Security Journal** – MIT Press Direct, 2019. Disponível em: <https://direct.mit.edu/isec/article/44/1/42/12237/Weaponized-Interdependence-How-Global-Economic>

FERGUSON, Victor; LIM, Darren, Economic Power and Vulnerability in Sino-Australian Relations (October 24, 2020). In: Linda Jaivin, Jane Golley, and Sharon Strange (eds), **China Story Yearbook: Crisis**, (ANU Press, Canberra, 2021), DOI: <http://doi.org/10.22459/CSY.2021.09>

GARCIA HERRERO, Alícia, What is behind China's Dual Circulation Strategy?, **Bruegel**: The Brussels-based economic think tank. 2021. Disponível em: <<https://www.bruegel.org/report/what-behind-chinas-dual-circulation-strategy>>. Acesso em: 30 set. 2024.

GEWIRTZ, Paul. China, the United States, and the future of a rules-based international order. **Brookings Institution**. 22.07.2024. Disponível em: <https://www.brookings.edu/articles/china-the-united-states-and-the-future-of-a-rules-based-international-order/>

HAKIM, Shirin; MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. Geoeconomic Fragmentation and net-zero targets. **Atlantic Council**. 16.04.2024. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/content-series/bretton-woods-2-0/geoeconomic-fragmentation-and-net-zero-targets/>

KALOUT, Hussein; GUIMARÃES, Feliciano de Sá. **Uma política externa pendular entre EUA e China: o Brasil se protegendo para sobreviver**. **CEBRI-Revista**, Ano 1, No. 4, Out-Dez 2022. Disponível em: <https://cebri.org/revista/br/artigo/57/uma-politica-externa-pendular-entre-eua-e-china-o-brasil-se-protendendo-para-sobreviver>

KUPCHAN, Cliff. Swing States Will Decide the Future of Geopolitics. **Foreign Policy**, 06.06.2023. Disponível em: <https://foreignpolicy.com/2023/06/06/geopolitics-global-south-middle-powers-swing-states-india-brazil-turkey-indonesia-saudi-arabia-south-africa/>

MCLELLAN, Eric. The European Chips Act: A Vital Step In the Right Direction. **Wilson Center**. 04.08.2023. Disponível em: <https://www.wilsoncenter.org/article/european-chips-act-vital-step-right-direction>

MODRALL, Jay, EU Regulation on Foreign Direct Investment Screening, **Norton Rose Fulbright**. Disponível em: <<https://www.nortonrosefulbright.com/en/knowledge/publications/fe64bdfd/eu-regulation-on-foreign-direct-investment-screening>>.

MOHSENI-CHERAGHLOU, Amin. Geoeconomic Fragmentation is threatening the green energy transition. **Atlantic Council**. 30.11.2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/blogs/econographics/geoeconomic-fragmentation-is-threatening-the-green-energy-transition/>

PERTHES, Volker. Dimensions of rivalry: China, the United States, and Europe. **China International Strategy Review**, 2021. Disponível em: <https://link.springer.com/journal/42533>

ROBERTS, Anthea; MORAES, Henrique Choer; FERGUSON, Victor. Toward a Geoeconomic Order, **Journal of International Economic Law**, 2019. Disponível em: <https://academic.oup.com/jiel/article-abstract/22/4/655/5637576>

SCHUMAN, Michael; FULTON, Jonathan; Gering, Tuvia. How Beijing's newest global initiatives seek to remake the World Order. **Atlantic Council**. 21.06.2023. Disponível em: <https://www.atlanticcouncil.org/in-depth-research-reports/issue-brief/how-beijings-newest-global-initiatives-seek-to-remake-the-world-order/>

SEBASTIAN; GOUJON; MEYER, Pole Position: Chinese EV Investments Boom Amid Growing Political Backlash **Rhodium Group**, 2024. Disponível em: <https://rhg.com/research/pole-position-chinese-ev-investments-boom-amid-growing-political-backlash/>

SHAFFER, G.; GAO, H. A New Chinese Economic Law Order? Em: SHAFFER, G. (Ed.). **Emerging Powers and the World Trading System: The Past and Future of International Economic Law**. Cambridge: Cambridge University Press, 2021. p. 222–268. Disponível em: https://ink.library.smu.edu.sg/sol_research/3740/

STEIL, Benn; ROCCA, Benjamin Della, Tariffs and the Trade Balance: How Trump Validated His Critics. **Council on Foreign Relations**, 2021 Disponível em: <https://www.cfr.org/blog/tariffs-and-trade-balance-how-trump-validated-his-critics>

The White House. Readout of President Joe Biden's Meeting with President Xi Jinping of the People's Republic of China. 2024. Disponível em: <https://www.whitehouse.gov/briefing-room/statements-releases/2024/11/16/readout-of-president-joe-bidens-meeting-with-president-xi-jinping-of-the-peoples-republic-of-china-3/>

U.S Department of the Treasury. The Committee on Foreign Investment in the United States (CFIUS). Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/international/the-committee-on-foreign-investment-in-the-united-states-cfius>

YILMAZ, Şuhnaz. Middle Powers and Regional Powers. **Oxford Bibliographies**. 27.09.2017. Disponível em: <https://www.oxfordbibliographies.com/display/document/obo-9780199743292/obo-9780199743292-0222.xml>